

Relatório de Opinião Geral

Fundação Helena Antipoff

Nº 1204533 - 1204527

Exercício 2021

CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO



**MINAS
GERAIS**

GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.



**CONTROLADORIA-GERAL
DO ESTADO**



**MINAS
GERAIS**

**GOVERNO
DIFERENTE.
ESTADO
EFICIENTE.**



PROPÓSITO

Ser integridade e eficiência por uma sociedade melhor.

MISSÃO

Promover a integridade e aperfeiçoar os mecanismos de transparência da gestão pública, com participação social, da prevenção e do combate à corrupção, monitorando a qualidade dos gastos públicos, o equilíbrio fiscal e a efetividade das políticas públicas.

VISÃO

Ser referência nacional na área de controle e reconhecido pela sociedade como um órgão de excelência no fortalecimento da integridade pública.

VALORES

Foco no cidadão; Transparência; Valor e ética; Integridade; Prestação de contas; Conformidade (compliance); Cooperação interinstitucional; Responsabilidade ambiental e social.



ÍNDICE

01. Introdução	5
02. Relatório de Auditoria nº 2150.215.12.0181.21, de 29 de abril de 2021	5
03. Relatório de Auditoria nº 2150.215.21.0199.21, de 17 de maio de 2021	5
04. Relatório de Auditoria nº 2150.215.12.0206.21, de 20 de maio de 2021	6
05. Relatório de Auditoria nº 988483-988529, de 07 de junho de 2021	7
06. Relatório de Auditoria nº 988430-988434, de 09 de junho de 2021	8
07. Relatório de Auditoria nº 988430-991291, de 16 de junho de 2021	9
08. Relatório de Auditoria nº 992006/992010, de 18 de junho de 2021.....	10
09. Relatório de Auditoria nº 992743-992747, de 22 de junho de 2021	11
10. Relatório de Auditoria nº 1001110- 1001112, de 15 de julho de 2021	12
11. Relatório de Auditoria nº 1064409-1064422, de 18 de outubro de 2021	13
12. Relatório de Auditoria nº 1077192- 1077282, de 08 de novembro de 2021.....	14
13. Relatório de Auditoria nº 1078278-1078273, de 09 de novembro de 2021.....	15

1. Introdução

Trata-se da consolidação dos resultados das auditorias realizadas no exercício de 2021 em atendimento ao art.7º, alínea "b" da Lei Federal 12.527/2011, e art.4º, alínea "b" do Decreto Estadual nº 45.969/2012.

2. Relatório de Auditoria nº 2150.215.12.0181.21, de 29 de abril de 2021

Objetivo: Avaliação dos aspectos legais e práticos sobre a doação de bens adquiridos pela Caixa Escolar da Escola Sandoval de Azevedo em favor da Fundação Helena Antipoff, observando as possibilidades e procedimentos.


Resultado dos exames: Não há legislação específica que autorize a incorporação pleiteada para análise, sendo necessário avaliar os riscos da ação e solicitar recomendações ao órgão superior, qual seja a Secretaria de Educação.

Recomendações efetuadas: Avaliação geral dos principais riscos identificados, quais sejam: Uma vez que os bens adquiridos pela Caixa Escolar já devem incorporar ao patrimônio da Escola, e considerando que a FHA faz a gestão da ESSA, seria necessário a doação de bens para a FHA? Ademais, sugeriu-se o encaminhamento de pedido de esclarecimento para a Secretaria de Educação quanto a possibilidade da doação pleiteada, visando orientações práticas e resguardo de tomada de atitudes incoerentes com a legislação.

Resultados Alcançados: A doação pleiteada proporcionará melhor gestão patrimonial dos bens, centralizando em um único setor a sua administração, controle e tomada de medidas necessárias para a sua conservação.

3. Relatório de Auditoria nº 2150.215.21.0199.21, de 17 de maio de 2021

Objetivo: Informar os resultados das auditorias realizadas durante o exercício de 2020, os quais devem indicar as ilegalidades ou irregularidades apuradas e as medidas saneadoras recomendadas, em cumprimento às determinações do art. 10 da Instrução Normativa nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCMG), de 14



de dezembro de 2011, e do art. 6º da Decisão Normativa TCEMG nº 01, de 3 de fevereiro de 2021.

Resultado dos exames: Descrição de todas as ações realizadas pela Controladoria Seccional no exercício de 2020, demonstrando a participação e acompanhamento pela CSEC/FHA do processo de compras da FHA, uma das atividades relacionadas ao objeto principal prestado, qual seja a educação, tendo em vista a necessidade de atendimento de alunos e funcionários com alimentação, materiais de higiene pessoal, e parcerias e projetos firmados com instituições com o objetivo de modernização tecnológica para os alunos, com a construção de laboratórios de informática, robóticas, mente inovadora e intercâmbio.

Recomendações efetuadas: O curto lapso temporal de atuação da Controladoria Seccional no ano de 2020 justifica o quantitativo do trabalho realizado, as recomendações específicas foram realizadas nos relatórios elaborados no exercício, sendo o presente relatório apenas de descrição das atividades desenvolvidas no exercício.


Resultados Alcançados: Diante dos trabalhos de auditoria realizados o dirigente máximo e o corpo técnico da Fundação Helena Antipoff adotaram as providências relatadas no Relatório de Atividades de Auditoria de Controle Interno.

4. Relatório de Auditoria nº 2150.215.12.0206.21, de 20 de maio de 2021

Objetivo: Apresentar ao presidente da FHA, ao Diretor de Planejamento Gestão e Finanças e aos servidores do setor do Patrimônio, os achados e em análise preliminar realizada pela Controladoria Seccional.

Resultado dos exames: Dentre os principais achados da auditoria preliminar, podemos destacar a inexistência de informações sobre o número de bens não localizados, que apesar de “desaparecidos”, não havia justificativa documental para tal fato, sugerimos providências.

Recomendações efetuadas: 1. Recomendou-se a abertura de unidades administrativas que se fizerem necessárias para lotação dos bens com seus respectivos responsáveis e possuidores. 2. Após a abertura das novas unidades administrativas mencionadas no item 1, nos termos do artigo 40 do decreto 45.242, deverá ser realizado o




remanejamento de material entre unidades para adequação da realidade fática existente, sendo que a guia de transferência interna emitida no SIAD pela unidade responsável pelo patrimônio deverá ser assinada pelos responsáveis pelas unidades de origem e destino. 3. Deverá ser realizada uma planilha com o detalhamento de todos os bens que forem classificados como "péssimo" ou "sucata", nos moldes da classificação legal do artigo 5ª da Resolução nº 37 da SEPLAG, bem como classificar estes bens nos termos do artigo 26 da resolução supracitada, com identificação do material como permanente ou de consumo, inclusive suas características, seus valores contábeis atualizados, sua classificação para fins de inutilização, bem como o seu número de patrimônio. 4. Recomenda-se a elaboração de relatório fundamentado, atestando a condição do material permanente como irrecuperável, antieconômico ou inservível e do material de consumo como inservível, ambos sem valores comerciais, além da fotografia do material a ser inutilizado; atestado quanto à impossibilidade ou a inconveniência da doação ou venda e laudo de declaração, quanto à forma de destruição a ser utilizada; 5. Recomenda-se a reavaliação para atualização do valor de mercado dos bens classificados como "péssimo" ou "sucata", tendo como referência o artigo 15 e seguintes da Resolução nº 37 da SEPLAG.

Resultados Alcançados: Elaboração de plano de ação para as providências necessárias.

5. Relatório de Auditoria nº 988483-988529, de 07 de junho de 2021

Objetivo: O trabalho teve como objetivo relatar a transparência ativa no sítio eletrônico da FHA, com base em dados extraídos de demandas da transparência passiva, por meio do e-SIC e Fale Conosco, visando pontuar se as informações divulgadas endereçam os temas de demandas recorrentes, se os sítios institucionais atendem os requisitos de divulgação objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. O trabalho foi realizado conforme as etapas: Avaliação dos dados; Análise de demandas; Proposta de melhoria.

Resultado dos exames: Considerando o escopo de auditoria, destacam-se como as principais conclusões/resultados do trabalho: As demandas do Fale Conosco, maioria analisada, são referentes a questões escolares, questionamentos relativos a matrícula escolar (ensino médio e fundamental); inscrição em cursos técnicos e superiores; emissão de histórico escolar e dúvidas sobre processos



seletivos. Além das demandas referente a emissão de histórico escolar, matrícula escolar, inscrição para cursos técnicos e superiores e dúvidas sobre processos seletivos, demandas pouco recorrentes, mas que foram alvo de dúvidas, dizem respeito a vagas de emprego e estágio; emissão de declaração de contagem de tempo de serviço; atendimento da Clínica Édouard Claparède; informações sobre atendimento do Museu Helena Antipoff e apólices de seguros contratados pela FHA.


Recomendações efetuadas: Identificou-se a necessidade de criação de uma notícia ou aba específica para informações gerais sobre todos os cursos técnicos, priorizando dados como o público alvo, forma de ingresso e cursos disponíveis. Inserir nas perguntas frequentes tópico com o assunto. Disponibilizar as informações em linguagem clara e sucinta. Verificar na "busca" do sítio eletrônico o direcionamento do assunto para as respostas cabíveis dentro do próprio site; criação de uma aba específica sobre os cursos superiores. Informar que os cursos não são oferecidos pela FHA e sim pela UEMG. Disponibilizar todos os contatos da UEMG para informações específicas sobre os cursos superiores. Verificar na "busca" do sítio eletrônico o direcionamento do assunto para as respostas cabíveis dentro do próprio site e no período de matrícula escolar, todas as notícias e informações pertinentes ao tema, deverão ser "fixas" no início da página eletrônica, para facilitar a visualização.

Resultados Alcançados: Atendimento da recomendação de aperfeiçoamento do sítio eletrônico e aprimoramento das notícias publicadas, com palavras específicas que facilitem as pesquisas por cidadãos, bem como novas abas de contatos telefônicos úteis.

6. Relatório de Auditoria nº 988430-988434, de 09 de junho de 2021

Objetivo: Realização de juízo de admissibilidade e análise prévia de aplicação de Termo de Ajustamento Disciplinar.

Resultado dos exames: Apesar de plausível no caso concreto o atendimento de todos os requisitos previstos no Decreto 46.906 e sua adequação quanto a possibilidade de aplicação em situações análogas do Termo de Ajustamento Disciplinar, o fato ocorreu em 2016, mas foi devidamente apurado apenas no ano de 2020, tendo esta Controladoria Seccional conhecimento dos termos do Relatório Final da Sindicância que concluiu pela aplicação do TAD apenas no segundo trimestre de 2021, e em razão do lapso temporal, passível a prescrição no caso concreto.



Recomendações efetuadas: A não aplicação do Termo de Ajustamento Disciplinar proposto pela Comissão de Sindicância instituída pela Portaria nº /2020, em razão da prescrição da punição prevista na legislação vigente, vez que o fato ocorreu no ano de 2016.

Resultados Alcançados: Considerações acerca do trabalho de juízo de admissibilidade supracitados não esgotam a possibilidade de identificação de outros problemas e inconsistências significativas relativas ao objeto do trabalho, sendo competência primária das unidades e dos gestores das áreas envolvidas adotar processo contínuo para diagnosticá-los, bem como avaliar os riscos e as fragilidades dos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos, devendo, também, implementar as medidas cabíveis (controles internos eficazes) em resposta aos riscos identificados, atuando de forma corretiva, bem como preventiva no desenvolvimento de políticas e procedimentos internos, a fim de garantir que as atividades estejam de acordo com as metas e os objetivos da administração.

7. Relatório de Auditoria nº 988430-991291, de 16 de junho de 2021

Objetivo: Realização de Juízo de Admissibilidade para aplicação de Processo Administrativo Disciplinar, em atendimento à demanda do Diretor da Escola Sandoval de Azevedo.

Resultado dos exames: Uma vez que a missão da FHA é propiciar um serviço de educação de excelência à comunidade, tornando-se referência nacional, e diante da necessidade de proporcionar aos alunos e professores um ambiente de estudo e de trabalho seguro, livre de intercorrências que coloquem em risco a integridade física e moral, a análise da denúncia de prática de assédio moral e sexual em desfavor de alunos e funcionários da FHA, praticadas por servidor efetivo, é medida que se impõe.

Recomendações efetuadas: Diante dos exames realizados, recomendou-se a instauração de Processo Administrativo Disciplinar.

Resultados Alcançados: Considerando o escopo de auditoria, destacam-se como as principais conclusões do trabalho: Parecer opinativo pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar. O procedimento foi instaurado e está sendo regularmente processado.


8. Relatório de Auditoria nº 992006/992010, de 18 de junho de 2021

Objetivo: O trabalho teve como objetivo relatar os resultados das seguintes ações: "os resultados preliminares da ação 'Mapear mecanismos de controle social potenciais ou existentes no órgão ou entidade e desenvolver ações para fomentar aprimoramento dos mecanismos de controle social nas políticas públicas desenvolvidas pelo órgão", visando identificar os mecanismos existentes no âmbito da FHA.

Resultado dos exames: Considerando o escopo de auditoria, destacam-se como as principais conclusões/resultados do trabalho: verificou-se a existência dos mecanismos de controle social no âmbito da FHA. Todavia a efetividade do alcance dos resultados dos mesmos em seus objetivos de influenciar, acompanhar, fiscalizar e denunciar as políticas públicas formuladas pela administração pública (municipal, estadual ou federal) - além de atos praticados por ela, não foram consideradas totalmente eficazes para cumprir o fim para qual se propuseram. Foram realizados apontamentos de itens que necessitam ser melhorados e/ou acrescentados ao sítio institucional. Foi elaborado plano de trabalho para adequação das recomendações sugeridas, conforme processo SEI nº 2150.01.0000312/2021-08.

Recomendações efetuadas: Identificou-se a necessidade de desenvolvimento de cartilhas junto ao órgão ou entidade, indicando as possíveis formas de controle social na área de atuação; 2. Elaboração de cursos de controle social com o apoio da Diretoria Central de Controle Social; 3. Formulação de recomendações de disponibilização ativa de informações sobre as políticas públicas desenvolvidas pelo órgão; 4. Sensibilização dos gestores do órgão ou entidade sobre a necessidade de incluir mecanismos de controle social para aumentar a efetividade e o impacto das políticas públicas do órgão; 5. Recomendação e apoio na inserção de um eixo de controle social nos Planos de Integridade específicos do órgão ou entidade.

Resultados Alcançados: Identificação dos mecanismos de controle social, quais sejam: CONSELHO CURADOR (órgão que integra a estrutura orgânica da FHA nos termos do artigo 3ª do Estatuto da FHA, Decreto nº 47.906/2020); REDES SOCIAIS (Instagram, FaceBook, Twitter e WhatsApp são mecanismo que servem para produções e publicações de conteúdos relevantes relacionados a educação e possibilitam esclarecimento de dúvidas sobre os temas diversos); WEBSITE FHA.MG.GOV.BR (o site da FHA a comunidade pode




acessar todos os normativos e projetos produzidos, buscar informações sobre projetos, encontrar canais de comunicação direta com o órgão, tomar conhecimento dos processos seletivos e inscrições de cursos técnicos, entrega de kits alimentares e aulas remotas dentre outros, vinculado a política de prestação de serviços de educação) e FALE CONOSCO (canal utilizado pela população para tirar dúvidas e pedir informações, bem como esclarecimentos sobre temas diversos relacionados a educação).

9. Relatório de Auditoria nº 992743-992747, de 22 de junho de 2021

Objetivo: Elaborar relatório para subsidiar o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no julgamento das contas anuais de 2020 do responsável pelo órgão, em cumprimento às determinações do art. 10 da IN nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), de 14 de dezembro de 2011, e da Decisão Normativa TCEMG nº. 01, de 3 de fevereiro de 2021. Ademais, averiguar as atividades desenvolvidas pelo órgão, e assegurar a transparência e a responsabilidade na administração pública, bem como dar suporte às decisões de alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos, que são os usuários dos bens e serviços produzidos pela administração pública e principais provedores dos recursos para o seu funcionamento.

Resultado dos exames: Tendo como parâmetro as análises procedidas a partir das demandas contidas nos incisos I a VI do art. 10 da IN 14/2011 e Decisão Normativa nº 01/2021, ambas do TCEMG, apontam a adequação da posição orçamentária, financeira e patrimonial do exercício de 2020 do órgão nos termos das informações prestadas neste Relatório de Auditoria de Gestão.

Recomendações efetuadas: Recomendou-se a criação de uma Política de Gestão Riscos, bem como de processo sistemático e estruturado de avaliação contínua da gestão de riscos em razão de mudanças significativas (ambiente regulatório, econômico, físico, mudanças no modelo de negócios, na alta administração da organização, etc). Tal situação, impede a análise antecipada de impactos decorrentes de mudanças internas e externas, que poderão afetar o atingimento dos objetivos institucionais. Dentre as inúmeras recomendações realizadas pela controladoria, temos a formalização da identificação dos riscos relacionados à fraude e corrupção, de modo efetuar seu tratamento adequado. Foi recomendado ao gestor e a alta administração, além da observância precípua do artigo 5ª da referida legislação, nos casos excepcionais, quando não for possível a observância da ordem cronológica por motivos de



interesse público devidamente justificado, sejam publicadas as justificativas devidas, em observância aos preceitos legais e ao princípio da transparência, visando evitar responsabilizações futuras apenas por inobservância do aspecto mencionado, o que de pronto foi posto como determinação do gestor para os setores competentes.


Resultados Alcançados: As ressalvas mencionadas no relatório não comprometeram o alcance dos objetivos por parte da gestão da Fundação Helena Antipoff, e conforme Plano de Ação, providências foram adotadas para sanar os apontamentos realizados, tais como a ação de publicação das justificativas pela não observância integral da ordem cronológica de pagamentos, em atendimento ao artigo 5ª da Lei 8666/93, sendo que as publicações ocorreram de forma semestral.

10. Relatório de Auditoria nº 1001110- 1001112, de 15 de julho de 2021

Objetivo: O trabalho teve como objetivo relatar a avaliação final da transparência ativa nos sítios eletrônicos dos órgãos e entidades, com base em dados extraídos de demandas da transparência passiva, por meio do e-SIC e Fale Conosco, em observância ao relatório preliminar inserido no sistema SEI, nº1520.01.0005826/2021-51.

Resultado dos exames: Conforme mencionado no Relatório Preliminar 988483/988529, as demandas do Fale Conosco, maioria analisada, são referentes a questões escolares, questionamentos relativos a matrícula escolar (ensino médio e fundamental); inscrição em cursos técnicos e superiores; emissão de histórico escolar e dúvidas sobre processos seletivos. Além das demandas referente a emissão de histórico escolar, matrícula escolar, inscrição para cursos técnicos e superiores e dúvidas sobre processos seletivos, demandas pouco recorrentes, mas que foram alvo de dúvidas, dizem respeito a vagas de emprego e estágio; emissão de declaração de contagem de tempo de serviço; atendimento da Clínica Édouard Claparède; informações sobre atendimento do Museu Helena Antipoff e apólices de seguros contratados pela FHA.

Recomendações efetuadas: Identificou-se que todas as recomendações realizadas no relatório preliminar foram acatadas e elaboradas conforme plano de ação, com o atendimento e adequação das sugestões de melhorias realizadas pela Controladoria Seccional.




Resultados Alcançados: Plano de ação elaborado e devidamente cumprido para esclarecimentos das demandas mais recorrentes através de notícias no sítio institucional e respostas em tempo no fale conosco.

11. Relatório de Auditoria nº 1064409-1064422, de 18 de outubro de 2021

Objetivo: O trabalho teve como objetivo relatar os resultados finais do mapeamento dos mecanismos de controle social existentes no órgão e as ações de aprimoramento nas políticas públicas desenvolvidas e apontadas no relatório preliminar.

Resultado dos exames: A. Redes sociais: 1. Conscientização de servidores através de envio de e-mail e divulgação no sítio eletrônico e redes sociais dos cursos gratuitos disponibilizados pela CGU sobre os mecanismos de controle social. 2. Publicação do vídeo sobre os canais de controle social para informar a população e os servidores. A CSEC construiu resposta automática para ser encaminhada através das redes sociais ao cidadão que realiza algum questionamento, esclarecendo a diferença de cada canal oficial e sua importância e utilização, visando que a população tenha conhecimento da existência de meios formais instituídos pelo governo para o exercício correto do controle social externo. 4. Foram fixados cartazes sobre a existência de canais oficiais em pontos estratégicos da FHA, para que os servidores tenham conhecimento das possibilidades existentes para denúncias, acesso a informação e demais direitos que lhe são garantidos.

B. Website: 1. Acompanhamento e revisão de notícias publicadas no site, visando aperfeiçoamento e aprimoramento da linguagem clara e precisa. 2. Divulgação de notícia sobre a diferença e especificidade dos canais oficiais da FHA, para que o público alvo possa ter conhecimento de qual canal utilizar em cada situação específica. **C. Fale Conosco:** 1. Divulgação de notícia sobre a diferença e especificidade dos canais oficiais da FHA, para que o público alvo possa ter conhecimento de qual canal utilizar em cada situação específica. 2. Reunião com a servidora responsável pelo atendimento do e-mail FALE CONOSCO, com explicações sobre prazos para respostas e a clareza da linguagem das informações prestadas, bem como recomendação sobre os dados pessoais e proteção de dados que não podem ser compartilhados nas respostas dadas. 3. Reunião com a alta administração e gestores para que respondam em tempo e modo adequado as dúvidas que porventura sejam repassadas pela servidora responsável do canal oficial FALE CONOSCO, para atendimento da população em tempo hábil.



Recomendações efetuadas: Recomendou-se além do aperfeiçoamento dos mecanismos já existentes, o desenvolvimento de novos mecanismos sociais a longo prazo.


Resultados Alcançados: Considerando o escopo de auditoria, destacam-se como as principais conclusões o aprimoramento dos mecanismos de Controle Social, para aumentar a efetividade do alcance dos resultados nos objetivos de influenciar, acompanhar, fiscalizar e denunciar as políticas públicas formuladas pela administração pública (municipal, estadual ou federal). Ademais, a FHA contratou dois novos servidores para integrar a Assessoria de Comunicação, ampliando assim a mão de obra para o apoio da instituição, visando propiciar maior participação do cidadão na fiscalização, monitoramento e controle das ações na gestão pública.

12. Relatório de Auditoria nº 1077192- 1077282, de 08 de novembro de 2021

Objetivo: O trabalho teve como objetivo relatar os resultados das seguintes ações: “Preparar equipe da controladoria setorial ou seccional para subsidiar ações do órgão no SISPMPI; Realizar a gestão do SISPMPI no órgão ou entidade em que atua, garantindo o uso do sistema na formulação, execução e monitoramento do Plano de Integridade do órgão; Consolidar os resultados e os benefícios diretos e indiretos alcançados no órgão ou entidade ao longo do ano com as ações de integridade e Executar ações para sensibilização da alta administração em relação à necessidade de formulação de um Plano de Integridade específico” inserida no Plano de Atividades de Controle Interno (PACI) no ano de 2021, visando pontuar as ações desenvolvidas no âmbito da CSEC/FHA.

Resultado dos exames: Foram desenvolvidas ações de elaboração de perguntas para diagnóstico institucional; gestão do SISPMPI na FHA; análise dos resultados do diagnóstico cultural e elaboração de plano de ação.

Recomendações efetuadas: Identificou-se a necessidade de elaboração de plano de ação com especificações de metas e prazos, levando em consideração que a FHA está em processo de contratação da Fundação João Pinheiro Júnior, para prestar serviços de elaboração e revisão do planejamento estratégico institucional e políticas internas de gestão, tais como Código de ética próprio, pesquisa de satisfação e demais, o que propiciará uma avaliação crítica sobre a minuta do plano de integridade já elaborada,



visando que o Plano tão esperado seja de excelência e dentro dos moldes aguardados por todos os servidores.


Resultados Alcançados: Considerando o escopo de auditoria, destacam-se como as principais conclusões/resultados do trabalho: As ações desenvolvidas estão sendo alimentadas no site do PMPI; elaboração da minuta do Plano de Integridade da FHA; movimentações, reuniões, questionários, notícias publicadas no site e nas redes sociais despertaram nos servidores um interesse pelo assunto e um sentimento de participação de um coletivo; aumentando do número de denúncias, sendo os benefícios claros e evidentes e conseqüentemente com a publicação do plano de integridade serão expandidos e propiciarão ainda mais resultados positivos no combate a corrupção.

13. Relatório de Auditoria nº 1078278-1078273, de 09 de novembro de 2021

Objetivo: O trabalho teve como objetivo relatar os resultados das seguintes ações: relatar as ações de fomento da cultura de proteção de dados pessoais e acompanhar os projetos de adequação à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), no âmbito da FHA.

Resultado dos exames: Restou demonstrado que a FHA e o grupo de trabalho instituído para implementação das determinações da LGPD têm seguido o passo a passo sugerido pelo comitê estadual, com as diretrizes e materiais disponíveis no site <https://www.lgpd.mg.gov.br>. O grupo de trabalho da FHA, juntamente com a CSEC, tem encontrado respaldo e orientação do comitê estadual, que se prontificou a marcar reuniões com a CSEC para esclarecimentos das dúvidas que surgiram ao longo dos trabalhos, o que tem propiciado um amparo para a continuidade das atividades. Além dos trabalhos propostos pelo comitê, o GT da FHA tem atendido algumas demandas específicas do gestor, que solicita adequações principalmente no site institucional para atendimento das diretrizes da LGPD.

Recomendações efetuadas: Identificou-se a necessidade de da contratação de um curso específico sobre a LGPD para capacitação de servidores da FHA. A contratação está sendo finalizada e o curso será realizado de forma online para 30 servidores, que serão escolhidos tendo em vista o exercício da função inerente ao tratamento direto de dados pessoais. A previsão de início do curso é no mês de novembro do presente ano.



Resultados Alcançados: Conscientização da importância da política de proteção de dados institucional, bem como monitoramento das ações desenvolvidas pelo grupo de trabalho instituído.

Ibirité, 23 de Maio de 2022.